

5 DEZ 1987

Maioria quer a **CORREIO BRAZILIENSE** *limpeza do Lago*

5 DEZ 1987

A maioria dos moradores do Plano Piloto (64,1%), incluindo os Lagos Sul e Norte, considera "necessária e urgente" as obras de despoluição do Paranoá, segundo pesquisas realizadas pela empresa Sensus Mercado e Opinião, de Belo Horizonte (MG), sob encomenda do Governo do Distrito Federal. Os dados foram coletados nos dias 20 e 21 de novembro.

De acordo com o relatório da empresa, a pesquisa ouviu por telefone 500 moradores, obedecendo à proporção de distribuição de linhas no Plano Piloto (43% nos Lagos Norte e Sul e 57% nas Asas). A Sensus Mercado e Opinião afirma também que apenas 4,4% dos brasileiros consultados não consideram as obras de despoluição urgente.

Segundo a pesquisa, 52%

dos entrevistados declararam que as obras de despoluição "são um marco do atual Governo" e 53,6% a consideram "prioritária". No total, 66,5% das pessoas ouvidas pertencem ao sexo feminino e 33,5% ao masculino contra uma proporção de 56% de mulheres e 44% de homens que formam a população do Plano Piloto (dados do IBGE).

A entrevista incluiu resposta a seis itens formulados pela empresa — metade com dados sobre o morador e as outras três com questões sobre a despoluição do Paranoá (Você considera a obra: 1) necessária e urgente; 2) nem necessária e nem urgente e 3) necessária, mas não urgente).

O relatório da Sensus esclarece ainda que 11,9% dos ouvidos estão na faixa

dos 15 a 17 anos; 28,5% entre 18 e 29; 20,4% de 30 a 39 e 23,3% na faixa de 40 a 50 anos. Apenas 4% dos entrevistados têm 60 anos ou mais. 8,3% confessaram desconhecer as obras de despoluição e 6% não responderam às perguntas da empresa.

A pesquisa mostrou ainda que 25,4% dos entrevistados não consideram as obras de despoluição "prioritárias"; 25% também não acham "um marco do atual governo". O resultado do trabalho encomendado pelo GDF foi distribuído um dia depois que o relator da subcomissão criado pelo Senado para apurar possíveis irregularidades na contratação das obras, senador Maurício Corrêa (PDT/DF), pediu a revogação da licitação internacional.